

## PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE METODOLOGIA

### *RESEARCH IN SPECIAL EDUCATION AND INCLUSIVE EDUCATION: CONSIDERATIONS ABOUT METHODOLOGY*

#### ARTIGO

**Lucio Jose Dutra Lord<sup>i</sup>**

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

E-mail: lucio.lord@unemat.br

#### RESUMO

Nos últimos anos observamos um número crescente de estudos sobre o tema da educação especial e educação inclusiva, realizados a partir de diferentes áreas do conhecimento. O volume dos estudos indica a relevância que a inclusão tem tomado na realidade brasileira, resultado também de impulsos estrangeiros, acordos internacionais, expansão da máquina estatal, de programas de pós-graduação e, sobretudo, da radicalização das lutas por cidadania dos sujeitos até então excluídos. Nesse cenário torna-se importante que o avanço do conhecimento ocorra acompanhado da sistematização e rigor metodológico responsável, seguindo a proposta popperiana e bourdiana, pela qualidade dos estudos e pela capacidade desses em responder aos problemas sociais. O objetivo desse artigo é contribuir com o estágio atual das investigações sobre educação especial e educação inclusiva ao propor um percurso metodológico que oriente os estudos vindouros, especialmente daqueles que estão ingressando no tema. O texto que segue é resultado de revisão bibliográfica focada nos aspectos das metodologias de estudo envolvendo análise de conjuntura, atores e contexto histórico-institucional.

**Descritores:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Metodologia de Pesquisa

#### ABSTRACT

In recent years, we have observed a growing number of studies on the topic of special education and inclusive education, carried out from different areas of knowledge. The volume of studies indicates the relevance that inclusion has taken on the Brazilian reality, also a result of foreign impulses, international agreements, expansion of the state machine, postgraduate programs and, above all, the radicalization of the struggles for citizenship of subjects until then excluded. In this scenario, it is important that the advance of knowledge occurs accompanied by systematization and responsible methodological rigor, following the Popperian and Bourdian proposal, due to the quality of studies and their capacity to respond to social problems. The aim of this article is to contribute to the current stage of investigations on special education and inclusive education by proposing a methodological path to guide future studies, especially those that are entering the subject. The text that follows is the result of a literature review focused on aspects of study methodologies involving analysis of the situation, actors and historical-institutional context.

**Descriptors:** Special education; Inclusive education; Research Methodology.

Editor desta Edição da RECS:  
Dr. Marion Machado Cunha

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos observamos um número crescente de estudos sobre o tema da educação especial e educação inclusiva, realizados a partir de diferentes áreas do conhecimento. Inicialmente o tema despontou no campo da Educação, mas em seguida se estendeu a outros como o Direito, as Letras e áreas distantes como o Urbanismo, as Engenharias e, recentemente, as Tecnologias. O volume dos estudos indica a relevância que a inclusão tem tomado no mundo. E na realidade brasileira isto resulta de impulsos estrangeiros como os acordos internacionais, e internos, como a expansão da máquina estatal, de programas de pós-graduação. Mas, sobretudo, a dimensão que o tema ganha hoje na agenda da sociedade resulta da radicalização das lutas por cidadania travadas pelos sujeitos até então excluídos – pessoas com deficiências e uma diversidade de grupos denominados genericamente como minorias sociais.

De modo geral, o objetivo revelado pelos estudos sobre educação especial e educação inclusiva visam a formulação, a ampliação e melhoria das políticas públicas e sociais em educação, propondo ações que envolvem também a saúde e acessibilidade. De fato, é a ideia de inclusão que norteia os estudos e suas proposições em termos de políticas públicas. Mas para as proposições repercutirem sobre as políticas públicas é necessária a qualidade dos instrumentos de pesquisa (FARIA, 2005). Essa qualidade da pesquisa se refere ao rigor metodológico adotado pelos estudos, o que interfere também na qualidade das propostas apresentadas para elaborar, ampliar e melhorar as políticas públicas e sociais. Assim, no presente cenário torna-se importante que o avanço do conhecimento desenvolvido pelos estudos ocorra acompanhado da sistematização e rigor metodológico que são responsáveis, seguindo a concepção popperiana e bourdiana, pela qualidade das investigações e pela capacidade dessas em responder aos problemas sociais.

Diante do exposto, o objetivo desse artigo é contribuir com o estágio atual das investigações sobre educação especial e educação inclusiva<sup>1</sup> ao propor um percurso metodológico que oriente os estudos vindouros, especialmente daqueles que estão ingressando no tema. Esta proposta assume relevância quando considerado que as escolhas por opções metodológicas não deixam de escapar das tendências políticas, como ensinam Laperrière e Zúñiga (2007). Assim, um primeiro aspecto que precisa ser englobado nos estudos para a qualidade dos seus resultados é a análise de conjuntura, seguido pela identificação dos atores envolvidos e o contexto histórico-institucional da política pública. Em síntese, as limitações que incidem sobre os estudos de educação especial e educação inclusiva se assemelham às características gerais presentes no campo de investigação em políticas públicas, como as já identificadas por Arretche (2003) e Souza (2003). Duas décadas atrás a autora já chamava a atenção para o fato de haver “leveza metodológica exagerada” nos estudos de políticas públicas, o que, em parte, inibia o avanço da qualidade dos conhecimentos no campo (SOUZA, 2003, p.17). Seguindo neste campo de investigação, Souza e Marques (2016) voltam a destacar a relação entre o avanço das políticas públicas e as análises sobre essas. Para além disso, o estágio atual da cidadania também exige que as metodologias de estudo proponham que se escute mais os usuários das políticas públicas, envolvendo-os nas avaliações e mesmo nos desenhos da oferta dos serviços (FINKLER e DELL'AGLIO, 2013).

## 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste texto a principal estratégia que adotamos foi a revisão da literatura – ou estudo da bibliográfica sobre o tema. É salutar informar que o objetivo deste artigo se funda em experiências propiciadas pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em

---

<sup>1</sup> Optamos por utilizar “educação especial e educação inclusiva” porque, apesar da segunda englobar a primeira, na revisão da literatura a primeira encontra-se claramente definida enquanto que a outra pode ser composta por um conjunto amplo de temas a depender da concepção utilizada.

Rede Nacional (PROFEI), iniciado em 2020 pelas instituições associadas Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), Universidade Estadual do Maranhão (Uema), Universidade Estadual de Maringá (Uem), Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Universidade Estadual de Ponta Grossa (Uepg), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Para compreender a origem da problematização deste artigo, e assim as nossas opções metodológicas, se faz necessário antes compreender quais foram as experiências do PROFEI referidas acima. Este Mestrado é direcionado unicamente para professores concursados e estando em efetivo exercício em sala de aula em instituições públicas de educação básica. No conjunto dos 150 primeiros discentes que ingressaram no Programa em 2020 observou-se carência de experiências em pesquisa e escrita. Na realidade, desde o processo seletivo aberto pelo Edital 01/2020<sup>2</sup>, que deu início ao exame nacional para ingresso de discentes no PROFEI, os candidatos apresentaram currículos com baixa ou nenhuma experiência em pesquisa, como seria o caso de iniciação científica ou participação em grupos de estudos. Pela análise dos currículos também se observou a falta de escrita acadêmica, pois não possuíam, com poucas exceções, nem mesmo apresentação de trabalhos científicos com publicação de resumos. Esta situação se fez evidente nas primeiras disciplinas ofertadas no Programa, relatadas nas reuniões docentes e de gestão do PROFEI. Esses aspectos que caracterizam o público discente, tanto neste Mestrado Profissional como em outros, acabam por ampliar o desafio da produção de conhecimentos resultantes de pesquisa engajada com a mudança da educação básica nacional.

Desejando não cair nas tendências que observamos nos estudos sobre os mestrados profissionais no Brasil, que ou criticam ou defendem sua oferta, optamos aqui por expor de modo livre e o mais transparente possível nossas observações como parte da equipe do PROFEI. Para tanto, entendemos que expor a metodologia utilizada e justificar nossas escolhas ajudam a construir um bom caminho para que outros possam, de modo crítico e engajado, também nos mostrar limitações nas nossas percepções e assim, como ensinou Freire e Shor (1986), nos ajudar na caminhada. Além disso, pensamos que nossas palavras aqui não são nem as primeiras, nem as únicas, no sentido de elencar fragilidades para a partir delas propor ações de melhoria da qualidade das pesquisas desenvolvidas nestes mestrados. Ao fazermos isto, entendemos, como dissemos acima, que nossa contribuição com este campo de estudos sobre a educação especial e educação inclusiva pode, em última análise, repercutir na melhoria das proposições em termos de políticas públicas. Vale a pena retomar aqui estudos como o de André e Princepe (2017) que argumentam ser a pesquisa uma atividade das mais relevantes nos mestrados profissionais. Nos filiamos a esta perspectiva pois, assim como os autores, percebemos que a formação continuada de professores para a melhoria da educação básica envolve o fazer pesquisa e os seus resultados que são, a nosso ver, objetivos (porque materializáveis em práticas, políticas e programas), subjetivos (porque transformam os sujeitos envolvidos no processo) e intersubjetivos (porque reelaboram concepções coletivas sobre a educação)<sup>3</sup>.

Dito isto, e agora que o leitor sabe de onde veio nossa preocupação com a melhoria da metodologia dos estudos em educação especial e educação inclusiva, podemos seguir para a descrição das opções que fizemos na construção do presente texto.

Como de costume, nossa metodologia envolveu a revisão da literatura. Esta etapa

<sup>2</sup> O edital 01/2020 pode ser acessado em: [https://www.fct.unesp.br/Home/Pos\\_Graduacao/-educacaoinclusiva/profei-edital-de-selecao.-2020.pdf](https://www.fct.unesp.br/Home/Pos_Graduacao/-educacaoinclusiva/profei-edital-de-selecao.-2020.pdf) No sítio de cada instituição associada também pode ser encontrado este edital.

<sup>3</sup> Não encontramos na bibliografia uma referência direta a estes aspectos (objetivo, subjetivo e intersubjetivo) relacionados aos Mestrados Profissionais. Nossa construção aqui deriva das análises e estudos que temos em Ciência Política, em especial nos estudos de participação democrática dentre os quais devemos citar Carole Pateman (2002).

fundamental, e por assim dizer fundante da pesquisa, merece ser explicada. Ela é fundamental porque atualiza nossa percepção sobre o problema, permitindo conhecer o que outros já estudaram, o modo como conduziram seus estudos e os resultados aos quais chegaram. Muitas vezes, ao propormos nosso estudo, temos como ponto de partida as investigações que outros pesquisadores já realizaram e podemos seguir a mesma estratégia deles – como a escolha de sujeitos a serem entrevistados, o tipo de questão ou questionário a ser aplicado, a inclusão de documentos a serem estudados etc. Assim aprendemos a fazer pesquisa com outros pesquisadores, e então podemos propor uma metodologia de coleta de dados mais consolidada e com menores possibilidades de erro, especialmente se nossa proposta resulta da influência de diversos estudos sobre o tema<sup>4</sup>. Claro que é saudável ter em mãos um manual de pesquisa, como aqueles que utilizamos nos trabalhos de conclusão de curso desde a graduação. Mas poucos deles dão exemplos de aplicação dos métodos de pesquisa propostos como ocorre com os estudos já publicados e que devemos buscar e ler desde a elaboração do nosso projeto de pesquisa.

Mas ler qualquer coisa também não resolve. E então entramos em uma discussão com a qual Demo (2005) já contribuiu. Explica ele que a autoridade do conhecimento deve residir na sua abertura para o debate, para a crítica e melhoria contínua. Assim, o conhecimento não é estagnado, mas sim dinâmico e em processo de construção coletiva. Daí precisamos extrair dois aspectos como tema de discussão. São eles a publicidade do argumento e sua atualização. No que se refere à publicidade temos o fato de que algumas publicações passam por processos mais rigorosos de crítica pelos pares, é o caso das revistas científicas ou periódicos científicos, especialmente aquelas com maior impacto de divulgação dado, geralmente, pelos indexadores. Atualmente podemos contar com muitos indexadores que servem de parâmetro de qualidade dos estudos realizados e publicados. São exemplos a Scielo, Latindex, Redib, Redalyc e LatinREV. Para um acesso mais amplo aos estudos norte-americanos e europeus é importante consultar também a Scopus. Deste modo, uma estratégia que utilizamos para a revisão da literatura é consultar esses indexadores porque neles estão as revistas científica mais destacadas do Brasil, da América Latina, da América e Europa. Ao consultarmos estudos publicados nessas revistas sabemos que eles passaram por avaliações criteriosas, o que oferece maior segurança sobre a qualidade daquilo que estamos lendo.

O segundo aspecto que elencamos como relevante na escolha do que ler na revisão da literatura foi a atualização. Neste sentido é importante considerarmos que com o passar dos anos temos mudanças no contexto, na legislação, nas tecnologias etc. Essas mudanças influenciam diretamente na validade dos argumentos apresentados nos estudos. Deste modo, as discussões e os conceitos que utilizávamos até 2014 foram alterados pela publicação da Lei 13.146 de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Assim, ao lermos estudos anteriores à Lei, devemos relativizar a utilização de seus conceitos e análises, sabendo perceber que houve mudanças importantes, por exemplo na terminologia em uso. Seguindo esta lógica, algumas revistas importantes da América Latina já exigem que um artigo para ser avaliado apresente no mínimo 70% das suas referências bibliográficas publicadas nos últimos três anos. Com esta exigência, o texto do artigo que for submetido para avaliação em uma dessas revistas estará, em regra, mais atualizado com as discussões e os conhecimentos existentes. Daí que ao propormos na metodologia a revisão da literatura, devemos estar a par da necessidade de trazeremos ao nosso texto bons e atuais estudos, evitando lermos algo já superado ou que faria do nosso texto um “mais do mesmo” já dito tantas vezes em anos e mesmo em décadas passadas, comprometendo nossas possibilidades de avançar no conhecimento.

Dentro da revisão da literatura também é comum encontrarmos outras técnicas, como o

---

<sup>4</sup> Ao utilizarmos outros estudos temos sempre que citá-los, evitando erros como o plágio de ideias que ocorre quando utilizamos algo que outros produziram, mas não informamos ao nosso leitor, o que leva ao equívoco de ser interpretado como construção nossa.

estudo de normatizações e a análise documental. Apesar da literatura oferecer bons textos sobre o que é e como se faz estudo de normatizações e análise documental, é mais comum vermos leis, decretos, atas e tantos tipos de documentos citados na parte de “referências” ou “referências bibliográficas”. Não acreditamos que isso seja de todo um problema, mas com certeza na descrição da metodologia do estudo é merecido informar ao leitor quais normatizações e documentos foram consultados e analisados, assim como o local onde eles se encontram. Se por um lado citar a Constituição Federal do Brasil de 1988 é algo que não demanda muito esforço, pois o acesso é público e fácil pela internet, por outro lado o mesmo não ocorre com uma resolução sobre inclusão elaborada por um conselho municipal de educação, ou conselho estadual de educação. Neste caso é útil e de bom gosto informar o leitor sobre o local e modo como se teve acesso à resolução, assim como apresentar os motivos pelos quais esta foi objeto de análise.

Por fim, os pontos acima discutidos foram aqueles que utilizamos em termos de metodologia de pesquisa na elaboração do presente artigo. Se parecemos demorados neste item da Metodologia então pedimos desculpas ao leitor, mas justificamos que ela é o centro de nossa preocupação na discussão que seguimos desenvolvendo no presente artigo.

### 3. DESENVOLVIMENTO

A partir da revisão da literatura que realizamos foi possível identificar três pontos que devem estar presentes nos estudos sobre educação especial e educação inclusiva visando a melhoria da qualidade do conhecimento e assim das propostas de formulação, ampliação e melhoria das políticas públicas e sociais. São eles a análise da conjuntura, a identificação dos atores e o contexto histórico-institucional. Na sequência discorreremos sobre cada ponto com o objetivo de subsidiar estudos na área e provocar discussões.

Dentre os textos sobre análise de conjuntura há um clássico brasileiro escrito por Herbert José de Souza (1984). Entre os artigos sobre o tema chama atenção a proposta de Reis e Paim (2021) que, apesar de serem sobre a área de saúde, oferece uma discussão pertinente sobre metodologia e técnicas de análise. Contudo, o objetivo aqui não é explicar como se faz análise de conjuntura, até mesmo porque esta é uma tarefa já realizada nos estudos citados. Ao discorrer sobre análise de conjuntura a proposta do presente artigo é chamar a atenção para o fato de que sem proceder com esta etapa as possibilidades de qualidade de um estudo ficam comprometidas.

Parece senso comum imaginarmos que um estudo deve partir da contextualização do tema, da região e dos seus atores. Porém isso nem sempre ocorre ou, quando ocorre, não oferece correlações suficientes entre o tema, a região e os atores. Um exemplo neste sentido é o estudo da educação especial em municípios com menos de dez mil habitantes. Municípios com essa população são classificados internacionalmente como zonas rurais porque o modo de vida e as relações entre as pessoas se aproximam mais da ruralidade do que da urbanidade. Ao mesmo tempo, em municípios com essa população não é comum encontrarmos profissionais com formação para identificar necessidades especiais, estudantes com deficiências intelectuais ou altas habilidades. Ao não possuir uma rede de profissionais com formação e atualização no tema, a própria ideia de educação especial se distancia daquela em desenvolvimento nos grandes centros e mesmo estabelecida no texto da Lei. Temos, então, um contexto no qual, neste momento, neste pequeno município, o tema da educação especial é percebido de modo diferente em relação ao cenário nacional. Em tal realidade a análise da conjuntura local é decisiva para que se compreenda os desafios em termo de implantação de uma política educacional inclusiva.

Outro ponto importante é que ao realizarmos uma análise de conjuntura percebemos a movimentação e os instrumentos utilizados pelos atores envolvidos no processo. Sim, pois um dos focos na metodologia da análise de conjuntura é entender os atores no cenário. Assim, as políticas funcionam como uma cena social na qual temos o pano de fundo, os cenários

espalhados pelo palco, os atores que transitam, suas vestes, as luzes, a música, as falas e então a peça! A depender do cenário, das luzes e da música, já conseguimos antecipar o tema das falas dos personagens. Pois algo semelhante ocorre nas políticas públicas. Deste modo, ao tratarmos de educação especial e educação inclusiva já podemos antecipar, ao analisarmos a conjuntura, como os atores se comportarão. Um exemplo é o que se chama de demanda reprimida em uma política pública. Neste caso, imaginemos que em um município seja instalado, como resultado de um programa federal ou estadual por exemplo, um centro de atendimento e acompanhamento de déficit de aprendizagem para estudantes da educação básica pública. E este centro terá uma equipe multidisciplinar com todas as competências para identificar deficiências intelectuais e altas habilidades, bem como terá condições de propor ações para as escolas e auxiliará no desenvolvimento dessas dentro das instituições públicas de educação básica locais. Em um cenário como este o que tende a ocorrer é o crescimento rápido, em curto espaço de tempo, do número de casos de deficiências. Assim, neste exemplo hipotético, uma análise da conjuntura permitirá compreender o motivo que desencadeou o crescimento nos números de estudantes identificados como deficientes e fornecerá uma visão mais ampla dos impactos da política, como é o caso da existência anterior de demanda reprimida pela falta de atendimento especializado nas escolas públicas de educação básica.

Dando andamento à proposta apresentada na introdução deste artigo, o próximo ponto que apresentaremos se refere aos atores envolvidos no processo. Em parte, os atores são abordados na análise de conjuntura, mas há uma vasta produção de estudos dedicados a compreender como eles se movimentam e quais usos fazem de recursos e articulações no campo das políticas públicas. De modo geral temos dois lados, um é o dos usuários e outro é o do Estado que oferece as políticas públicas. Mas Lotta (2019) chama a atenção para um terceiro ator nas políticas públicas que são os “burocratas de nível da rua”, ou seja, os servidores públicos e prestadores que levam o atendimento aos usuários dos serviços. Voltando ao exemplo anterior sobre a educação especial em um município, então temos no mínimo três atores no processo: o governo e sua secretaria municipal de educação; os professores e demais servidores que atendem os estudantes; e os estudantes e suas famílias que compõem o grupo de usuários do serviço.

As análises sobre o papel que os atores desempenham nas políticas públicas são diversas e têm origem na teoria social reflexiva. Segundo esta, de modo geral, os atores se engajam em processos e assumem no decorrer do tempo posturas de acordo com a percepção que têm dos resultados possíveis de suas ações. Assim, há racionalidade nas ações dos sujeitos e essas podem ser percebidas pelo investigador em um estudo. Claro que os atores desenvolvem ações (papéis) em determinados contextos (cenários), limitados pelas possibilidades que a conjuntura lhes oferece, como vimos antes. Mas há um papel importante dos atores na condução e efetivação das políticas públicas. Daí a importância de que nos estudos sobre educação especial e educação inclusiva se analise: os atores envolvidos; o modo como esses percebem a realidade que se apresenta e; as posturas que assumem no decorrer do processo.

Por último, mas na mesma relevância dos pontos antes tratados, está o contexto histórico-institucional. Este ponto se difere dos anteriores porque trata das instituições, e no caso das políticas públicas se refere especialmente às instituições estatais. As instituições como as secretarias municipais de educação, conselhos estaduais de educação, Ministério Público dos Estados etc, têm em comum uma historicidade. Ou seja, o modo como se apresentam hoje e como agem resulta de um longo processo histórico que se dá a partir de relações entre o que a Ciência Política conceitua como Sociedade e como Estado. Mas também ocorrem influências internas entre as instituições, como aquelas que percebemos entre o Conselho Nacional de Educação e os conselhos estaduais de educação. Ao falarmos de contexto histórico-institucional estamos nos referindo a aspectos como legislação, autonomia, financiamento, expansão da máquina estatal e, considerando a ideia de Estado Democrático de Direito, cidadania.

O estudo de Sena Martins (2019) serve para percebermos como, na área de educação, as mudanças histórico-institucionais dependeram de outros processos que, à primeira vista, nos pareciam distantes. O estudo mostra que quando o financiamento da educação passa a constituir uma política, então as instituições são fundadas ou reorganizadas. E uma vez que as normatizações e vinculação de recursos passam a cobrir o território nacional, então observa-se a emergência e consolidação dentro da máquina estatal de instituições responsáveis pelo desenho e efetivação de políticas educacionais.

A partir desta perspectiva que destaca o papel das instituições envolvidas nas políticas educacionais, assim como o modo como essas mesmas instituições se constituíram, conseguimos definir, por exemplo, que um conselho, uma secretaria ou um setor (como o de transporte escolar) se torne objeto de investigação em estudos que visam a melhoria das políticas educacionais, como é o caso dos mestrados profissionais. Ao propormos um estudo que englobe o contexto histórico-institucional da educação especial e educação inclusiva acabamos por trazer à discussão uma riqueza de análise capaz de fazer avançar nossa compreensão sobre o processo mais amplo que envolve a política educacional. As instituições têm um papel estratégico nas políticas públicas, e em alguns casos elas nascem para desempenhar justamente esses papéis. Daí a necessidade de considerá-las nas análises que desenvolvemos nos estudos no PROFEI. E o modo de fazermos isto pode ser simples, iniciando por incluir no estudo questões como: quais instituições estão envolvidas com esta educação especial que estudo? Como surge essa instituição? Sob quais normatizações e com quais recursos financeiros ela atua? Quais papéis exerce essa instituição e por quais motivos? Quais foram as mudanças dentro dessa instituição nos últimos anos e por quê?

Levantadas essas questões, as respostas podem ser encontradas em documentos, entrevistas e revisão da literatura. Mas o certo é que essas respostas são importantes se quisermos avançar no conhecimento e nas propostas para a educação especial e educação inclusiva.

#### **4. CONCLUSÕES**

O crescente número de estudos sobre educação especial e educação inclusiva reflete o contexto mais amplo vivido pelo tema da inclusão e da expansão das políticas educacionais. Um resultado desse processo é a oferta de formação continuada dada pelos mestrados profissionais, como é o caso do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), visando a melhoria da formação dos professores de escolas públicas e assim o conseqüente avanço da qualidade da educação básica. Partindo da experiência do Profei, no presente artigo argumentamos sobre a necessidade de que os estudos melhorem em termos de metodologia de pesquisa, uma vez que seus resultados podem influenciar na configuração das políticas educacionais.

Identificamos, a partir da revisão da literatura e das experiências no PROFEI, que os estudos sobre políticas educacionais inclusivas e de atendimento especializado ainda demandam sistematização dos estudos e uma agenda de pesquisa na qual o rigor metodológico ocupe maior espaço. Assim, se os mestrados profissionais visam responder problemas no campo da educação, então a melhoria da qualidade dos estudos que desenvolvem é um fator decisivo. Propusemos neste artigo, tendo como base os estudos em Ciência Política e em Políticas Públicas, que três pontos fossem incorporados nas investigações sobre educação especial e educação inclusiva, sendo eles a análise de conjuntura, a identificação dos atores e o contexto histórico-institucional. Buscamos elaborar aqui um texto aberto para críticas, destinado ao debate que é salutar. Pensamos que muitos aspectos nos escaparam, mas estamos felizes pela possibilidade de seguir a discussão e de contribuir sobretudo com aqueles que assumem o desafio de ingressar hoje neste campo de estudos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli; PRINCEPE, Lisandra. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. **Educar em Revista**, n. 63, p. 103-117, 2017.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- DEMO, Pedro. **Argumento de autoridade X autoridade do argumento**: interfaces da cidadania e da epistemologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
- FINKLER, Lirene; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais. **Revista Barbaroi**. Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 126-144, jun. 2013.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- LAPERRIÈRE, Hélène; ZÚÑIGA, Ricardo. Cuando la comunidad guía la acción: hacia una evaluación comunitaria alternativa. **Psicología & Sociedad**, vol. 19, n. 3, p. 39-45, 2007.
- LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (Org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.
- REIS, Camila Ramos; PAIM, Jairnilson Silva. Análise de conjuntura em saúde: aspectos conceituais, metodológicos e técnicos. **Revista Saúde em Debate**, v. 45, n. 130, p. 795-806, julho a setembro de 2021.
- SENA MARTINS, Paulo. Contexto histórico do financiamento da educação no Brasil. **Revista Propuesta Educativa**, n.52, p.69-78, 2019.
- SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.
- SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

---

<sup>i</sup> Sobre o autor: **Lucio Jose Dutra Lord** é Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Lisboa, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É Mestre em Educação e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs. É professor adjunto de Sociologia na Universidade do Estado de Mato Grosso e docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) e do Mestrado Acadêmico em Letras.

**Como citar este artigo:** LORD, Lucio Jose Dutra. Pesquisa em educação especial e educação inclusiva: considerações sobre metodologia. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, vol. 11, n. 3, p. 55 – 62, Edição Especial 2021. DOI: <http://doi.org/10.30681/2237-1648>

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR